

23 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

24 — Os candidatos excluídos são notificados através de carta registada/correio eletrónico ou publicação no *Diário da República*, para a realização da audiência aos interessados nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.

No que se refere aos candidatos admitidos serão convocados, através de notificação, do dia, hora e local para a realização dos métodos de seleção, por uma das formas atrás referidas.

25 — A publicitação dos resultados obtidos, em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada na Divisão de Gestão de Pessoas e da Qualidade da Câmara Municipal de Loulé e disponibilizada no site da Câmara Municipal de Loulé, www.cm-loule.pt.

Os candidatos aprovados em cada método são convocados para a realização do método seguinte através da notificação por uma das formas atrás previstas.

26 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados será publicitada nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril após aplicação dos métodos de seleção.

27 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) devendo estar disponível para consulta no primeiro dia útil seguinte à data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, na página eletrónica da Câmara Municipal de Loulé e num jornal de expansão nacional, por extrato, num prazo máximo de 3 dias úteis contados da mesma data.

28 — Posicionamento remuneratório: Após o termo do procedimento concursal a Câmara Municipal de Loulé negociará com o trabalhador recrutado a fim de determinar o seu posicionamento remuneratório, conforme preceitua o artigo 38.º da LTFP, com os limites e condicionalismos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) prorrogado pelo artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para 2018), sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª posição, nível remuneratório 15, da carreira de Técnico Superior, a que corresponde o valor de 1201,48 €, da Tabela Remuneratória Única.

29 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001 de 03 de fevereiro, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no formulário de candidatura, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do citado diploma, no procedimento do concurso em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

30 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

31 — Na tramitação do presente procedimento concursal serão cumpridas as disposições constantes no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativamente ao tratamento de dados pessoais.

23 de novembro de 2018. — A Vereadora, *Marilyn Zacarias*.

311865475

Aviso n.º 18489/2018

Marilyn Zacarias Figueiredo, com competências delegadas pelo Despacho n.º 1-DL/2018 de 22/03/2018, em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna público que na sequência do procedimento concursal comum n.º 07/2017 — Ref.ª A, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 22/08/2017 e do recurso à respetiva reserva de recrutamento interna, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os trabalhadores, Teresa Carina Machado Coelho Santos, Cátia Beatriz Viegas Carrusca Pires, Diogo Alexandre Bento Guerreiro e Débora Cristina Gomes Neto, com início a 02/11/2018, na categoria de assistente operacional da carreira de assistente operacional, 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1.

26 de novembro de 2018. — A Vereadora, *Marilyn Zacarias*.

311868756

MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso n.º 18490/2018

Discussão pública da delimitação da unidade de execução 1 de Tocadelos

Tiago Farinha Matias, Vereador da Câmara Municipal de Loures, torna público, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e ainda nos termos do Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que a Câmara Municipal de Loures, na sua 25.ª reunião ordinária, realizada em 7 de novembro de 2018, deliberou por unanimidade submeter a discussão pública a proposta de delimitação da unidade de execução 1 de Tocadelos, fixando o prazo de 20 dias úteis, com início a partir do 5.º dia útil após a publicação deste Aviso no *Diário da República*.

Esta proposta encontra-se disponível para consulta dos interessados na página da internet da Câmara Municipal, em www.cm-loures.pt, e no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, sito na Rua Ilha da Madeira, n.º 4, r/c, em Loures, todos os dias úteis das 09:00 às 16:00 horas.

Todos os interessados podem formular por escrito as reclamações, observações e sugestões ou pedidos de esclarecimento sobre a proposta de delimitação da unidade de execução 1 de Tocadelos, utilizando para o efeito impresso próprio, disponível no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e em www.cm-loures.pt. As participações devem ser entregues pessoalmente ou remetidas por correio para o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, na Rua Ilha da Madeira, n.º 4 r/c, 2674 -501 Loures, ou para o endereço de correio eletrónico da Divisão de Planeamento e Reabilitação Urbana, discussaopublica_dpuru@cm-loures.pt.

16 de novembro de 2018. — O Vereador, *Tiago Farinha Matias*.

311844203

Aviso n.º 18491/2018

Processo Disciplinar — Notificação da Acusação

Nos termos do disposto no n.º 2 e 3 do artigo 214.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não sendo possível a notificação pessoal por ausência da trabalhadora do serviço e sendo desconhecido o seu paradeiro, fica por este meio notificada Sónia Isabel Ribeiro Tadeu, trabalhadora da Câmara Municipal de Loures, Assistente Operacional, com última morada conhecida na Rua Cidade de Coimbra, n.º 54, Casalinho da Azenha, 1675-007 Pontinha, de que contra si foi deduzida acusação no âmbito do processo disciplinar n.º 13/PDI/2018, que lhe foi instaurado por despacho do Senhor Vereador da Câmara Municipal de Loures Gonçalo Caroco, datado de 16/10/2018. Mais fica notificada de que, nos termos do citado n.º 2 do artigo 214.º, dispõe de 30 (trinta) dias úteis contados da data de publicação do presente aviso, para apresentar a sua defesa por escrito, podendo, no mesmo prazo, consultar o processo por si ou por advogado constituído, na Divisão de Contabilidade e Património, na Rua Frederico Tarré, n.º 5 — 1.º, em Loures, durante as horas de expediente.

26 de novembro de 2018. — A Instrutora, *Jocelina Laurindo Abrantes*.

311856192

MUNICÍPIO DA LOURINHÃ

Editais n.º 1213/2018

João Duarte Anastácio de Carvalho, na qualidade de Presidente, e em representação da Câmara Municipal da Lourinhã torna público e faz constar para efeitos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na redação vigente, conjugado com o artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, que o loteamento municipal da Cegonha vai entrar em fase de Discussão Pública, por um período de 15 dias úteis, iniciados 8 dias após a publicação deste aviso no *Diário da República*, antes da respetiva aprovação, podendo para tal, ser consultado no Balcão do Município desta Câmara Municipal, no horário normal de expediente, das 09.00H às 16.30H. A Câmara Municipal, concluído o termo da discussão pública, ponderará as reclamações/sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada, perante aqueles que invoquem designadamente: a) A desconformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes; b) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; c) A eventual lesão de direitos subjetivos.

28 de novembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã, *João Duarte Anastácio de Carvalho*.

311862145